



Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: 160ª Reunião Ordinária

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 9h, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP- PREVCOM. Participaram Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Fábio Teizo Belo da Silva, José Francisco Dutra da Silva e Juliana Velho, membros titulares. Como membros suplentes, Luiz Gustavo de Castro Oliveira, Henrique Lima Leite e Tiago José Kich Temperani. Pela Fundação, Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor Presidente, Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos, Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional, Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação, André Rodrigues Veras, Diretor de Segurança. Ainda participaram Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete da Presidência, Rafael de Oliveira Vilas Boas, Superintendente da Diretoria Administrativa, Wânnius Ardenghy Nazário, Auditor Interno e Joseane da Silva Prado, assessora. Dando início à reunião, a Presidente Marina deu as boas-vindas a todos e na sequência, submeteu à apreciação do colegiado as atas da 159ª reunião ordinária e da 136ª reunião extraordinária, aprovadas por todos, sem ressalvas. Na sequência, para apresentação do item 2 da pauta, a Diretora de Investimentos, Sra. Francis Nascimento, iniciou a apresentação aos Membros do Conselho Deliberativo, da proposta de investimento no Vinci Crédito Infra Institucional – Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa, que por se tratar de um fundo fechado, a proposta deve ser submetida à deliberação do Conselho Deliberativo. Convidou a participar da reunião o Sr. Flavio Bacellar, da PPS Portfolio & Performance, consultoria de investimentos responsável pela análise técnica do fundo. O Sr. Flavio iniciou com uma breve explanação sobre o Grupo Vinci, gestor do fundo, destacando que o grupo foi fundado em 2009, possui cerca de R\$ 70 bilhões sob gestão e abriu capital na Nasdaq em 2021, estando sujeito à supervisão da CVM e da U.S. SEC. Informou ainda que a Vinci Crédito, gestora da estratégia em questão, administra aproximadamente R\$ 5,7 bilhões em ativos e conta com estrutura robusta de

compliance e gestão de riscos. Com relação ao fundo Vinci Crédito Infra Institucional RF, explicou tratar-se de um FI-Infra estruturado composto predominantemente por debentures incentivadas. A política de investimento do fundo prevê aplicação exclusivamente em ativos com rating mínimo "A-" e conta atualmente com rating "AA-" pela Fitch Ratings. Atualmente a carteira apresenta patrimônio líquido de R\$ 846 milhões, com 28 emissões classificadas com rating superior a "A". O fundo pode chegar até 2 bilhões de patrimônio total. O Sr. Flavio detalhou, ainda, o processo de análise e decisão de investimento adotado pela gestora, que envolve diversas etapas de verificação qualitativa, checklist por tipo de ativo, atribuição de rating interno, comitê de crédito e critérios rigorosos de monitoramento. Ressaltou que os principais controles de risco de mercado estão associados a limites de exposição por emissor e que, quanto ao risco de crédito, são adotadas medidas de verificação de rating, limites por emissor/emissão e controle de concentração por grupo econômico. Em complementação, a Sra. Francis destacou os diferenciais do fundo, incluindo a estrutura de garantias como alienação fiduciária e fiança bancária, a exigência de rating atribuído por agência internacional (S&P, Moody's ou Fitch), o retorno alvo de IPCA + 8% ao ano e a integração de critérios ESG de acordo com a classificação da ANBIMA. Ressaltou também a relevância institucional dos cotistas âncora já comprometidos com o fundo, como BNDES (500 milhões), BNB (400 milhões) e CAF (136 milhões), além da alocação de 100 milhões de recursos próprios da gestora. Encerrada a apresentação, a proposta foi colocada em discussão pelo colegiado. O Conselheiro Fabio Teizo perguntou se todas as etapas do processo haviam sido concluídas. A Diretora Francis Nascimento confirmou que todas as etapas já foram concluídas. Complementou dizendo que na documentação enviada antecipadamente para apreciação do colegiado, no Processo SEI nº 271.00000555/2025-46, constou que além do Parecer técnico da PPS que acabou de ser apresentado, também foi utilizado parecer jurídico elaborado pelo escritório Bocater Advogados, que concluiu pela conformidade do fundo com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), validade das obrigações contratuais e atendimento aos requisitos normativos vigentes. O Conselheiro Fábio Teizo solicitou que fossem anexados ao processo SEI os esclarecimentos prestados quanto ao apontado no parecer jurídico sobre eventual conflito de interesse dos participantes do fundo. A Conselheira Juliana Velho, recomendou que doravante, toda a documentação a ser enviada previamente ao colegiado, contenham as assinaturas das áreas responsáveis. Após os devidos esclarecimentos prestados, e não havendo mais questionamentos, a presidente do Conselho submeteu a proposta ao colegiado, que em sua maioria aprovou o investimento proposto. A Conselheira Juliana Velho, por motivo de foro íntimo, absteve-se de votar. Em continuidade, a Diretora Francislene iniciou a apresentação do Relatório Mensal detalhando a evolução patrimonial que atingiu R\$ 4.266,3 milhões e a captação líquida no mês de R\$ 41,46 milhões. Demonstrou a distribuição dos ativos por Plano, destacando uma concentração de 95,56% distribuídos entre os Planos RP, RG e RG UNIS. Ainda, demonstrou as alocações do patrimônio por indexadores e por classe de ativos. Seguindo apresentou o resultado acumulado no mês de maio/2025, onde a carteira apresentou um resultado de 1,16% para uma meta de 0,63%, IPCA de 0,26% e o CDI de 1,14%. Seguindo demonstrou a rentabilidade acumulada x meta, no ano, em 12, 24 e 36 meses e a performance individual

por plano. Sobre o PGA, apresentou a rentabilidade do mês e desde o início que atingiu 261,76%, superando em 107% o alvo de 244,94%. Em sequência, demonstrou o patrimônio por fundo em cada segmento de renda fixa, renda variável, exterior, imobiliário, estruturado FIP e Empréstimo mútuo, por gestor, indexador, pelo valor do patrimônio e pelo percentual correspondente, com os retornos nos últimos 12 meses e desde o início dos investimentos. Finalizou demonstrando o comparativo de rentabilidade entre as 139 EFPC. Seguindo os itens da pauta, a Presidência passou a palavra ao Diretor-presidente que comentou sobre sua participação no evento da ABIPEM, em Foz do Iguaçu, onde será palestrante, juntamente com a Sra. Márcia Paim Romera, do Ministério da Previdência. Na oportunidade reforçará a importância do papel da Previdência Complementar como uma alternativa e melhor opção diante da fragilidade do sistema Previdenciário do Brasil. Disse que se houver interesse do colegiado, poderá fazer a mesma apresentação em data e horário a serem definidos. O Conselheiro Aldo manifestou-se dizendo que a mesma palestra feita junto ao IPREM foi bastante elogiada pelos participantes. A Presidente Marina propôs estender o convite aos membros do COAUD e dos Comitês Gestores. Em continuidade, o Diretor-presidente propôs que na reunião do colegiado do mês de agosto, seja disponibilizado um tempo para que a Diretoria Executiva faça uma prestação de contas do primeiro ano de gestão e apresentação da programação em curso. Disse que o planejamento estratégico vem sendo cumprido e discutido semanalmente nas reuniões de Diretoria, onde cada Diretor presta contas dos seus planos e os ajustes necessários à sua execução. Até o final do ano haverá uma reestruturação de sistemas que permitirá um fortalecimento da atuação com uma maior flexibilização e melhor gestão dos controles. Comentou sua visita ao estado do Pará onde teve a oportunidade de contato com o gestor do RPPS de Belém onde foi feita uma apresentação do projeto de Lei que será encaminhada por eles, como minuta à Câmara Municipal. Ainda comentou que hoje já existem mais de 70 municípios em tratativas. Informou que foi implementada a adesão automática em todos os entes públicos, com exceção à aqueles cuja Lei vete expressamente. Por fim, registrou que foram criados três grupos de trabalhos internos na Fundação, sendo um para cuidar do sucesso do cliente, outro para a revisão preventiva do cálculo da cota previdencial para saber se ela está adequada e um terceiro grupo, para a avaliação do PGA, de forma a torná-lo sustentável e suficiente até o pagamento do último pensionista. Sobre a avaliação do PGA a Diretora Vanessa complementou informações dizendo que o grupo está trabalhando em três frentes, sendo o estudo de viabilidade, a revisão do Regulamento e o Plano Plurianual. A Presidente Marina questionou sobre o canal de denúncias e sobre o processo seletivo para escolha dos membros da Diretoria Executiva. Sobre o canal de denúncias, a Diretora Vanessa complementou informando que já foram concluídos os processos de escolha e de contratação da empresa vencedora. O Diretor Ugo, em complemento, informou que a empresa contratada já reativou o ambiente que estava implementado anteriormente, com atualizações para validação e posterior divulgação dos novos canais. Quanto ao processo seletivo, a Diretora Vanessa informou que a sua equipe está consultando outras entidades que já tenham esse processo implantado para minutar uma proposta. A Presidente Marina comunicou que no início do mês os novos procuradores do Estado de São Paulo tomaram

posse e a equipe da Fundação participou do evento. Elogiou a iniciativa da Fundação, realizando esse trabalho preventivo junto aos novos empossados. Seguindo os itens da pauta, passou a palavra para o auditor interno Wânnius que iniciou sua participação propondo o registro em ata da autorização pelo Conselho Deliberativo, para repactuação e renegociação de prazos de vencimento de recomendações de órgãos de controle, sendo 2 da Diretoria Executiva e Conselhos, 4 da Presidência, 7 da Diretoria de TI e 1 da Diretoria de Investimentos, totalizando 14 recomendações em reprogramação. O Conselho Deliberativo manifestou-se favorável ao processo de repactuação dos prazos das recomendações propostas. Seguindo passou a detalhar a situação atual das recomendações dos órgãos de controles, sob acompanhamento da Auditoria Interna, posição do período entre maio e junho, registrando 29 recomendações. Detalhou a quantidade e tipo de cada recomendação e a área a que se vincula. Registrou que das 29 pendências, 8 recomendações estão próximas de conclusão. Quanto as atividades em desenvolvimento, citou na análise, adequação e acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle, a execução do PAINT 2025, com o andamento das análises referentes ao processo Planejamento de Investimentos e a Pré Auditoria e preparação do material de referente ao processo de Cadastro de Participantes. Comentou que a disponibilização das amostras solicitadas a Diretoria de Investimentos sofreu atraso em função de prioridades anteriores e atendimento a solicitações do TCE. Finalizou comentando sobre outras atividades tais como o conhecimento e análise do Relatório referente ao 6º Levantamento de Riscos, já visando a elaboração do PAINT 2026 e viabilidade de implantação de processos e auditoria contínua nos processos integrantes do PAINT 2025/2026. Informou também, da participação em reunião de esclarecimentos ao auditor do TCE sobre as atividades da Assessoria de Auditoria e Controles Internos no ano de 2024, além do início das atividades relativas ao 3º item do PAINT 2024 – COTA. Encerrada a apresentação a Presidente agradeceu a participação. Encerrados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião, e eu, e eu, Cesar Gnoatto, secretário, lavro e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes.

Marina Brito Battilani
Presidente do Conselho

Aldo Cuomo
Conselheiro

Demetrius Queiroz do Rego Barros
Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva
Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva
Conselheiro

Juliana Velho
Conselheira



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Gnoatto, Assistente Técnico Previdência Complementar III**, em 22/07/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 22/07/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Conselheiro**, em 22/07/2025, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 22/07/2025, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 22/07/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 22/07/2025, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 25/07/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador 0074698692 e o código CRC C1EA456B.